

108  
W

**Habeas Corpus nº:** 0000325-39.2014.8.17.0000 (0324845-7)  
**Comarca Origem:** Vara Criminal da Comarca de Goiana  
**Impetrante:** Danilo Márcio Neves  
**Paciente:** Paulo Fernando da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**EMENTA**

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO E RECEPÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PEDIDO DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES. INAPLICABILIDADE. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA. CONDIÇÕES PESSOAIS SUPOSTAMENTE FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.** 1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo. Ademais, complexidade do feito, necessidade de expedição de cartas precatórias, e pluralidade de réus justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade 2. Estando presente a necessidade concreta da custódia cautelar, as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP) não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime apurado, razão pela qual se tornam inaplicáveis. 3. Condições pessoais

M

supostamente favoráveis, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP. 4. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0324845-7, em que figura como impetrante Danilo Márcio Neves e como paciente **Paulo Fernando da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem do presente habeas corpus**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

**Habeas Corpus nº:** 0000325-39.2014.8.17.0000 (0324845-7)  
**Comarca Origem:** Vara Criminal da Comarca de Goiana  
**Impetrante:** Danilo Márcio Neves  
**Paciente:** **Paulo Fernando da Silva**  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

## RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus subscrito pelo advogado Danilo Márcio Neves, em favor de **Paulo Fernando da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goiana/PE, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura para que o paciente possa responder ao processo em liberdade, sob o fundamento da existência de excesso de prazo.

O impetrante informa que o paciente foi preso em flagrante, no dia 19/08/2013, juntamente com mais dois indivíduos, pela suposta prática dos delitos tipificados nos **arts. 157, §2º, I e II; 180, caput, e 311 todos do Código Penal**.

Notícia que o Ministério Público acolheu a tipificação consignada no inquérito policial e denunciou o paciente, sendo a preambular pública recebida em 20/09/2013, determinando o juízo a quo a citação dos acusados.

Afirma que no dia 04/10/2013 a autoridade coatora, de ofício, decretou a prisão preventiva de todos acusados, ocasião em que foram expedidos os respectivos mandados de citação, via carta precatória, não sendo realizada, até a presente data, a citação do paciente.

Alega que o paciente encontra-se preso há mais de 150 (cento e cinquenta) dias aguardando o desfecho do processo e sequer tem data provável para realização da audiência de instrução e julgamento, caracterizando, assim, o **excesso de prazo na formação da culpa**.

Destaca que o processo encontra-se estagnado, aguardando apenas a devolução de uma carta precatória destinada à citação dos acusados, o que, por si só, não se mostra suficiente para justificar o atraso da marcha processual.

Assevera, ainda, que o paciente e os demais corréus em nada contribuíram para a demora da prestação jurisdicional.

Por fim, sustenta que o **paciente é tecnicamente primário, possui emprego lícito e residência fixa**.

Requer o impetrante a concessão do pedido liminar, a fim de que se conceda ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade, fazendo cessar o constrangimento ilegal ora suportado, postulando pela expedição de competente alvará de soltura, sem prejuízo da aplicação de medida cautelar prevista no art. 319 do CPP e, no mérito, o deferimento em definitivo da ordem concedida liminarmente.

Acostou documentos de fls. 11/32.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 46).

Informações encaminhadas às fls. 70/71.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem** (fls. 95/98).

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

**Habeas Corpus nº:** 0000325-39.2014.8.17.0000 (0324845-7)  
**Comarca Origem:** Vara Criminal da Comarca de Goiana  
**Impetrante:** Danilo Márcio Neves  
**Paciente:** Paulo Fernando da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO**

Conforme relatado, pretende o impetrante a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura, a fim de que se conceda ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade, sem prejuízo da aplicação de medida cautelar prevista no art. 319 do CPP, eis que, segundo sustenta, há **excesso de prazo na formação da culpa**, e as **condições pessoais do acusado são favoráveis**.

**DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA**

De acordo com as informações prestadas, o ora paciente, Paulo Fernando da Silva, foi denunciado juntamente com André César Ramalho Queiroz da Costa, em 03/09/2013, pelas supostas práticas criminosas descritas nos arts. 157, §2º, I e II, 180, caput, e 311, caput, c/c 29 e 69, todos do Código Penal.

Informado pelo Juízo a quo que o fato criminoso ocorreu em 17/08/2013 na cidade de Goiana-PE; os acusados foram presos em flagrante na

Av. Recife, em Recife; a denúncia foi recebida em 20/09/2013; os pacientes tiveram o auto de prisão em flagrante homologado e as prisões preventivas decretadas com fundamento na garantia da ordem pública; foi expedido mandado de prisão em desfavor dos pacientes; carta precatória foi expedida com a finalidade de citar os acusados, ora paciente; os acusados impetraram *Habeas Corpus* arguindo o reconhecimento de incompetência do juízo da 12ª Vara Criminal da Capital para julgar o feito, requerendo a remessa para Goiana-PE; um pedido de liberdade provisória foi formulado, mas indeferido, após parecer desfavorável por parte do Ministério Público.

Asseverado ainda que o processo aguarda a devolução de cartas precatórias expedidas com a finalidade de citar os acusados, e que todo o procedimento segue com regularidade e celeridade, afastando-se qualquer reconhecimento de excesso de prazo na instrução.

Ora, pelo que se observa, tanto das informações quanto em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, **o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário**, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Ademais, **complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias**, como ocorre no caso, justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS.**

MY

504

**PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. – (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** – (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Há de ser afastada, pois, a **alegação de constrangimento ilegal por suposto excesso de prazo na formação da culpa.**

Quanto ao pedido de concessão de uma das **medidas cautelares diversas da prisão**, tenho que, **estando presente a necessidade concreta da manutenção da custódia cautelar, as medidas cautelares diversas da prisão** (art.

M

**319 do CPP) não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime apurado, razão pela qual são inaplicáveis ao caso em análise.**

*In casu*, consta nas informações (fls. 71) que a prisão foi mantida com fundamento na necessidade de se resguardar a garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Sobre a aplicação de medidas cautelares, no mesmo sentido aqui adotado, colaciono julgado:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. **PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. REAL POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. MEDIDAS CAUTELARES. ART. 319 DO CPP. NÃO CABIMENTO.** ORDEM NÃO CONHECIDA. - O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressaltando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal. - No caso, a prisão preventiva foi devidamente decretada para a garantia da ordem pública, tendo em vista a real possibilidade de reiteração criminosa, uma vez que se trata de paciente envolvido com o tráfico de drogas, sendo reincidente nessa espécie de delito. - **Estando presente a necessidade concreta da manutenção da custódia cautelar, a fim de garantir a ordem pública e ante a gravidade dos fatos, as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP) não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime de tráfico de drogas, razão pela qual são inaplicáveis ao caso em análise.** Habeas corpus não conhecido. (HC 255.725/RS, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013).

No que tange às alegadas **condições pessoais do paciente**, supostamente favoráveis, deve ser ressaltado que elas, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.



Jo5

Nessa esteira de entendimento, reiteradamente tem se manifestado o Colendo STJ:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. **CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR DOMICILIAR. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que **persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.** 3. (...) 4. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.507/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. (...). **CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. **As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.** 5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício. 6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 276.810/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

Não custa frisar, como já consignado em sede de liminar, que, em consulta realizada no sistema de controle processual deste Tribunal (Judwin), verifiquei que, além do processo crime objeto do presente HC, o paciente responde ao proc. nº 0024854-54.2013.8.17.0810, que tramita na 3ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes e foi condenado, nos autos do proc. nº 0015235-44.2009.8.17.0001, oriundo da 2ª Vara Criminal da Capital, à pena de oito (08)

MY

anos e seis (06) meses de reclusão e multa de trinta e seis (36) dias-multa, como infrator do art. 180, caput, do CP e art. 311 do CP c/c art. 69 do CP.

Registro, por fim, que, recentemente, em 07/05/2014, reanalisando a custódia preventiva, em vista do Mutirão Carcerário 2014, o Magistrado de piso manteve a medida. Na ocasião, verificou a razoabilidade no andamento do processo, além de que restavam presentes os pressupostos legais autorizadores da prisão preventiva, sendo inadequadas as novas medidas cautelares.

Face o exposto, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**